

# Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Informações intermediárias em  
31 de março de 2026

# Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

## Informações Intermediárias

### Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS .....	1
BALANÇOS PATRIMONIAL .....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	5
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO .....	8
NOTAS EXPLICATIVAS	
1 CONTEXTO OPERACIONAL .....	9
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS .....	10
3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS .....	11
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	12
5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS .....	12
6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES .....	13
7 VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS .....	14
8 PARTES RELACIONADAS .....	15
9 ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO .....	17
10 INTANGÍVEL .....	18
11 ATIVO DE CONTRATO .....	18
12 FORNECEDORES .....	19
13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	20
14 DEBÊNTURES .....	22
15 IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS .....	23
16 PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS .....	25
17 PIS E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES .....	26
18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	27
19 PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO .....	27
20 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	29
21 CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS .....	30
22 ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA .....	30
23 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS .....	31
24 RESULTADO FINANCEIRO .....	31
25 INSTRUMENTOS FINANCEIRO .....	32
26 TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	35
27 COMPROMISSOS FUTUROS .....	36
28 EVENTOS SUBSEQUENTES .....	36



**Shape the future  
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi  
Av. Washington Soares, 55  
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó  
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil  
Tel: +55 85 3392-5600  
ey.com.br

## **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.**  
Maceió - AL

### **Introdução**

Revisamos o balanço patrimonial da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



**Shape the future  
with confidence**

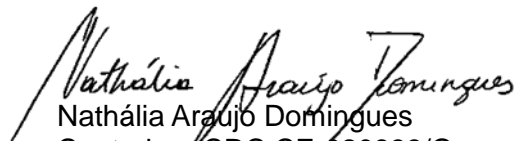
## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 13 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC CE-001042/F

  
Nathália Araujo Domingues  
Contadora CRC CE-020833/O

## Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Balanco patrimonial em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025

(Em milhares de reais)



Ativo	Notas	31/03/2026	31/12/2025	Passivo	Notas	31/03/2026	31/12/2025
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	487.535	235.187	Fornecedores	12	278.545	291.423
Aplicações financeiras	5	427.287	778.030	Fornecedores - Risco sacado	12.1	22.990	20.121
Contas a receber de clientes	6	673.137	672.335	Empréstimos e financiamentos	13	436.200	452.303
Almoxarifado		20.781	23.053	Debêntures	14	4.140	5.879
Serviços pedidos		69.675	68.872	Passivo de arrendamento		848	834
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	51.445	-	Impostos e contribuições a recolher		76.760	73.845
Instrumentos financeiros derivativos	25.4	-	3.094	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		16.179	75.522
Impostos e contribuições a recuperar		87.855	86.004	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		14.326	13.589
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		84.084	126.853	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	40.019
Depósitos vinculados	16	296	296	Contribuição de iluminação pública		40.677	41.119
Outros créditos a receber		112.692	103.911	Encargos setoriais		35.714	36.477
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.014.787</b>	<b>2.097.635</b>	Participação nos lucros		21.853	14.322
<b>Não circulante</b>				Instrumentos financeiros derivativos	25.4	6.735	-
Contas a receber de clientes	6	189.023	192.114	Provisões para riscos judiciais	16	6.681	6.752
Serviços pedidos		5.314	5.314	Dividendos a pagar		66.617	66.622
Impostos e contribuições a recuperar		83.132	77.224	Outras contas a pagar		135.963	140.441
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		1.443	4.153	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.164.228</b>	<b>1.279.268</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	443.699	471.108	<b>Não circulante</b>			
Depósitos vinculados	16	25.708	25.712	Empréstimos e financiamentos	13	2.322.099	2.421.365
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	-	16.252	Debêntures	14	325.864	326.860
Outros créditos a receber		923	1.302	Passivo de arrendamento		2.622	2.840
Benefício pós-emprego		15.052	15.008	Instrumentos financeiros derivativos	25.4	221.251	113.801
Ativo financeiro da concessão	9	310.163	296.441	Impostos e contribuições a recolher		1.210	1.434
Investimentos		5.768	5.837	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	9.133	-
Intangível	10	2.431.250	2.404.295	Encargos setoriais		12.633	8.144
Ativos de contrato	11	544.150	455.658	Provisões para riscos judiciais	16	120.805	143.353
Direito de uso		3.256	3.493	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	17	159.799	159.065
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>4.058.881</b>	<b>3.973.911</b>	Benefício pós-emprego		101.122	99.806
				Outras contas a pagar		21.303	17.475
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.297.841</b>	<b>3.294.143</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	18.1	605.780	605.780
				Reserva de capital		15.144	15.023
				Ajuste de avaliação patrimonial		(102.133)	(95.747)
				Reservas de lucros		973.079	973.079
				Lucro líquido do período		119.729	-
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.611.599</b>	<b>1.498.135</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.073.668</b>	<b>6.071.546</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.073.668</b>	<b>6.071.546</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

# Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

## Demonstração do resultado

Períodos findo em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	Notas	31/03/2026	31/03/2025
<b>Receita operacional líquida</b>	20	<b>935.740</b>	812.853
Energia elétrica comprada para revenda	22	(414.653)	(369.630)
Custo de construção		(168.673)	(159.905)
Custo de operação		(59.389)	(58.415)
<b>Custos de energia elétrica, construção e operação</b>	21	<b>(642.715)</b>	(587.950)
<b>Lucro bruto</b>		<b>293.025</b>	224.903
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	21	(26.507)	(27.057)
Despesas gerais e administrativas	21	(29.084)	(27.244)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	21	(5.700)	(14.673)
Outras despesas operacionais, líquidas	23	(10.031)	(9.853)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(71.322)</b>	(78.827)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro</b>		<b>221.703</b>	146.076
Receitas financeiras	24	297.881	231.933
Despesas financeiras	24	(353.170)	(294.072)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(55.289)</b>	(62.139)
<b>Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>166.414</b>	83.937
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15.4	(15.985)	(21.144)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	15.4	(30.700)	(6.927)
<b>Impostos sobre o lucro</b>		<b>(46.685)</b>	(28.071)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>119.729</b>	55.866

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

# Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.



## Demonstração do resultado abrangente

Períodos findo em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Lucro líquido do período	119.729	55.866
<b>Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>		
Resultados abrangentes ( <i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	(6.386)	6.783
<b>Total resultados abrangentes</b>	<b>113.343</b>	<b>62.649</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

**Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Períodos findo em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros									Total
		Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		605.780	14.008	(122.910)	40.510	200.242	60.511	467.367	168.823	-	1.434.331
Pagamento baseado em ações - <i>Stock options</i>		-	74	-	-	-	-	-	-	-	74
Pagamento baseado em ações - <i>Matching Shares</i>		-	46	-	-	-	-	-	-	-	46
Dividendos adicionais distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(38)	-	(38)
<b>Resultado abrangente no período</b>											
Resultado de <i>hedge accounting</i> de lucro de caixa		-	-	10.279	-	-	-	-	-	-	10.279
Tributos diferidos sobre perdas de instrumentos financeiros		-	-	(3.496)	-	-	-	-	-	-	(3.496)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	55.866	55.866
<b>Saldos em 31 de março de 2025</b>		605.780	14.128	(116.127)	40.510	200.242	60.511	467.367	168.785	55.866	1.497.062
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		605.780	15.023	(95.747)	52.299	247.503	50.188	622.947	142	-	1.498.135
Pagamento baseado em ações - <i>Stock options</i>	19	-	13	-	-	-	-	-	-	-	13
Pagamento baseado em ações - <i>Matching Shares</i>	19	-	108	-	-	-	-	-	-	-	108
<b>Resultado abrangente no período</b>											
Resultados de <i>hedge accounting</i>	25.4	-	-	(9.676)	-	-	-	-	-	-	(9.676)
Tributos diferidos sobre perdas de instrumentos financeiros	15.2	-	-	3.290	-	-	-	-	-	-	3.290
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	119.729	119.729
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>		605.780	15.144	(102.133)	52.299	247.503	50.188	622.947	142	119.729	1.611.599

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

# Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.



## Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Períodos findo em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>119.729</b>	<b>55.866</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Amortização	39.668	36.269
Baixa de intangível e financeiro	4.417	797
Atualização do ativo financeiro e contratual	(4.388)	(4.879)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais líquidas e marcação a valor justo	(57.196)	(54.850)
Baixa (reversão) de recebíveis incobráveis	(516)	2.559
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	156.646	130.954
Ajuste a valor presente	(1.379)	(906)
Rendimentos de aplicações financeiras	(20.731)	(23.606)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5.700	14.673
Provisão e atualização para riscos judiciais	(14.920)	7.183
Provisão e atualização de encargos setoriais	-	6.491
Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros	(66.079)	82.323
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	22
Imposto de renda e contribuição social correntes	15.985	21.144
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.700	6.927
Provisão para perda de estoque	(3.050)	1.172
Atualização (reversão) encargos geração distribuída	-	111
Participação de lucros	7.531	4.381
Valor justo das opções de compra	3.637	1.363
<b>Subtotal</b>	<b>215.754</b>	<b>287.994</b>
<b>Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes</b>		
Contas a receber de clientes	(1.743)	(3.903)
Serviços pedidos	(287)	12.276
Depósitos judiciais	4	2.029
Almoxarifado	2.272	(5.007)
Impostos e contribuições a recuperar	(7.025)	(9.535)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	45.479	12.184
Outros créditos a receber	(11.889)	6.234
Fornecedores	(16.503)	(2.160)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(14.621)	(14.746)
Impostos e contribuições a recolher	2.691	31
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(47.463)	(6.034)
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	(1)	-
Valores a pagar de parcela A e outros itens financeiros	-	157
Encargos setoriais	3.210	(16.909)
Contribuição de iluminação pública	(442)	(3.304)
Participação nos lucros	-	(14.830)
Benefícios pós-emprego	1.272	1.087
Provisão para riscos judiciais	(7.699)	(7.351)
Outras contas a pagar	(452)	(15.233)
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(53.197)</b>	<b>(65.014)</b>
Juros recebidos de aplicações financeiras	23.231	23.606
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.865)	(2.075)
Juros pagos	(95.689)	(17.903)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>62.234</b>	<b>226.608</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisições nos ativos de contrato	(142.381)	(135.058)
Resgates (aplicações) financeiras	348.243	(137.662)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<b>205.862</b>	<b>(272.720)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(15.538)	(12.805)
Captação de empréstimos e financiamentos, debêntures e outros	-	70.000
Amortização do passivo de arrendamento	(205)	(193)
Dividendos pagos	(5)	(110)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(15.748)</b>	<b>56.892</b>
<b>Aumento e diminuição em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>252.348</b>	<b>10.780</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	235.187	52.706
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	487.535	63.486
<b>Aumento e diminuição em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>252.348</b>	<b>10.780</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

# Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

## Demonstração do valor adicionado

Períodos findo em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025
<b>Receitas</b>		
Vendas de produtos e serviços	1.108.562	943.035
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(5.700)	(14.673)
Receitas de construção	168.673	159.905
Outras receitas	-	368
<b>Subtotal</b>	<b>1.271.535</b>	<b>1.088.635</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(583.326)	(529.535)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(48.475)	(46.991)
Outras despesas	(3.383)	(13.559)
<b>Subtotal</b>	<b>(635.184)</b>	<b>(590.085)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>636.351</b>	<b>498.550</b>
<b>Amortização</b>	<b>(39.668)</b>	<b>(36.269)</b>
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>596.683</b>	<b>462.281</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	300.456	233.704
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>897.139</b>	<b>695.985</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	21.610	13.336
Benefícios	7.146	5.840
FGTS	1.993	1.767
<b>Subtotal</b>	<b>30.749</b>	<b>20.943</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	220.962	153.660
Estaduais	171.623	170.520
Municipais	275	261
<b>Subtotal</b>	<b>392.860</b>	<b>324.441</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros	342.163	270.464
Aluguéis	631	663
Outras despesas financeiras	11.007	23.608
<b>Subtotal</b>	<b>353.801</b>	<b>294.735</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Dividendos, juros sobre capital próprio e lucros retidos	-	-
Lucro líquido do período	119.729	55.866
<b>Subtotal</b>	<b>119.729</b>	<b>55.866</b>
<b>Valor adicionado</b>	<b>897.139</b>	<b>695.985</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

## 1 Contexto operacional

A Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Alagoas”), sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na avenida Fernandes Lima, 3349, bairro Gruta de Lourdes, na cidade Maceió, Estado de Alagoas, controlada pela Equatorial S.A. (“Controladora”). A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado de Alagoas com 27.848 km<sup>2</sup>, atendendo, em 31 de março de 2026, 1.432.463<sup>(\*)</sup> consumidores sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(\*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

### 1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 07/2001, firmado com a ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do estado de Alagoas, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A partir de então, a Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Neste período, a Companhia foi gerida pela Eletrobrás (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).

Em 19 de março de 2019, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 002/2019 - ANEEL, com interveniência e anuência da Equatorial S.A., como acionista controlador, cujo prazo da concessão é de 30 anos, com vigência até 18 de março de 2049, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Concedente.

### 1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrou em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes especificados ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de março de 2026, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas informações intermediárias da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

## 2 Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

### 2.1 Base de preparação

As informações intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediárias, estas informações intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2026.

### 3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis à essas informações intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

#### 3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

##### 3.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as novas normas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026 e não identificou impactos significativos em suas informações intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

##### 3.1.2 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.	01/01/2027
IFRS 19: (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	13.911	21.887
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	473.624	213.300
Subtotal de equivalentes de caixa	473.624	213.300
<b>Total Caixa e equivalentes de Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>487.535</b>	<b>235.187</b>

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no período findo em 31 de março de 2026, equivale a 101,33% do CDI (98,93% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

#### 5 Aplicações financeiras

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
<b>Fundos de investimento</b>		
Cotas de fundos de investimento	414.127	762.303
Cotas de fundos de investimento FIDC	9.589	7.251
Fundo Aberto	721	926
Recursos Vinculados (a)	2.850	7.550
Total circulante	427.287	778.030
<b>Total</b>	<b>427.287</b>	<b>778.030</b>

- (a) Referem-se a aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no período findo em 31 de março de 2026 equivale a 102,68% do CDI (101,72% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

## 6 Contas a receber de clientes

### 6.1 Composição dos saldos

	31/03/2026				31/12/2025			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	85.430	61.030	119.436	265.896	92.016	57.749	119.768	269.533
Industrial	21.097	1.567	4.007	26.671	21.562	1.623	5.106	28.291
Comercial	51.878	9.865	49.879	111.622	53.612	10.806	49.217	113.635
Rural	9.079	2.857	7.991	19.927	12.287	2.760	7.787	22.834
Poder público	20.559	8.091	19.057	47.707	19.761	12.540	19.502	51.803
Iluminação pública	12.922	145	16.250	29.317	12.561	545	29.430	42.536
Serviço público	11.430	1.613	15.677	28.720	12.386	2.489	16.983	31.858
<b>Contas a receber de consumidores faturados</b>	<b>212.395</b>	<b>85.168</b>	<b>232.297</b>	<b>529.860</b>	<b>224.185</b>	<b>88.512</b>	<b>247.793</b>	<b>560.490</b>
Residencial	29.876	426	36.796	67.098	28.813	2.161	37.826	68.800
Industrial	40.343	17	690	41.050	40.446	11	741	41.198
Comercial	164.915	187	24.071	189.173	167.437	1.922	22.847	192.206
Rural	2.358	19	1.318	3.695	2.338	191	1.339	3.868
Poder público	70.759	714	15.771	87.244	72.610	732	15.582	88.924
Iluminação pública	20.527	3	901	21.431	18.220	3	898	19.121
Serviço público	18.931	23	815	19.769	18.228	81	854	19.163
<b>Parcelamentos (a)</b>	<b>347.709</b>	<b>1.389</b>	<b>80.362</b>	<b>429.460</b>	<b>348.092</b>	<b>5.101</b>	<b>80.087</b>	<b>433.280</b>
<b>Contas a receber de consumidores não faturados (b)</b>	<b>74.514</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74.514</b>	<b>70.776</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>70.776</b>
Baixa renda (c)	58.973	-	-	58.973	44.802	-	-	44.802
Outras	78.285	-	-	78.285	75.805	-	-	75.805
<b>Subtotal bruto</b>	<b>771.876</b>	<b>86.557</b>	<b>312.659</b>	<b>1.171.092</b>	<b>763.660</b>	<b>93.613</b>	<b>327.880</b>	<b>1.185.153</b>
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(76.370)	(7.596)	(224.966)	(308.932)	(77.091)	(7.736)	(235.877)	(320.704)
<b>Total contas a receber de clientes</b>	<b>695.506</b>	<b>78.961</b>	<b>87.693</b>	<b>862.160</b>	<b>686.569</b>	<b>85.877</b>	<b>92.003</b>	<b>864.449</b>
Circulante				673.137				672.335
Não circulante				189.023				192.114

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 105.421 em 31 de março de 2026 (R\$ 106.800 em 31 de dezembro de 2025), em contrapartida ao resultado financeiro no montante de R\$ 1.379, conforme nota explicativa nº 24 – Resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores. Seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos sucedem ao período de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis n.º 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

### 6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	Provisões/ Reversões			31/03/2026
	31/12/2025	(b)	Baixas	
Contas a receber de consumidores faturados	(170.537)	(5.984)	17.191	(159.330)
Parcelamentos	(130.283)	(3.352)	3.870	(129.765)
Contas a receber de consumidores não faturados	(1.784)	(94)	-	(1.878)
Outras (a)	(18.100)	3.846	(3.705)	(17.959)
<b>Total</b>	<b>(320.704)</b>	<b>(5.584)</b>	<b>17.356</b>	<b>(308.932)</b>

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 07 de dezembro de 2021; e
- (b) A movimentação líquida do período findo em 31 de março de 2026, gerou uma provisão, no montante de R\$ 5.584, com impacto no resultado operacional e no resultado financeiro de provisão de R\$ 5.927 e reversão R\$ 343, respectivamente, conforme notas explicativas nº 21 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 24 – Resultado financeiro.

## 7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	31/03/2026
<b>Parcela A</b>					
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(51.883)	(2.274)	11.773	1.772	(40.612)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	1.176	(1.250)	(929)	(8)	(1.011)
Rede básica (b)	12.496	16.739	(7.889)	170	21.516
Compra de energia CVA (c)	101.675	40.955	1.636	4.125	148.391
ESS - Encargos do serviço do sistema	(11.909)	3.521	(1.017)	(403)	(9.808)
<b>Subtotal</b>	<b>51.555</b>	<b>57.691</b>	<b>3.574</b>	<b>5.656</b>	<b>118.476</b>
<b>Itens financeiros</b>					
Sobrecontratação de energia (d)	38.167	(16.668)	(1.009)	1.381	21.871
Neutralidade (e)	(12.595)	(17.258)	136	(766)	(30.483)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(15.710)	(3.886)	3.251	(193)	(16.538)
Risco hidrológico	(60.798)	-	2.110	(899)	(59.587)
CDE Modicidade Tarifária (e)	(2.916)	-	337	(84)	(2.663)
Outros (f)	(21.470)	2.544	33.502	(3.340)	11.236
<b>Subtotal</b>	<b>(75.322)</b>	<b>(35.268)</b>	<b>38.327</b>	<b>(3.901)</b>	<b>(76.164)</b>
<b>Total</b>	<b>(23.767)</b>	<b>22.423</b>	<b>41.901</b>	<b>1.755</b>	<b>42.312</b>
<b>Circulante</b>					
Valores a receber	332.709				422.923
Valores a pagar	(372.728)				(371.478)
<b>Efeito líquido ativo (passivo)</b>	<b>(40.019)</b>				<b>51.445</b>
<b>Não circulante</b>					
Valores a receber	127.639				38.827
Valores a pagar	(111.387)				(47.960)
<b>Efeito líquido ativo (passivo)</b>	<b>16.252</b>				<b>(9.133)</b>
<b>Efeito líquido total</b>	<b>(23.767)</b>				<b>42.312</b>

- (a) A conta de CDE foi impactada no período pelos custos com as quotas de CDE USO e GD de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, por ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025 e 2026, resultando em um movimento positivo do período de R\$ 28.565, em contrapartida registrou-se um movimento passivo de devolução de cobertura do encargo CDE Escassez, que tiveram os empréstimos quitados, com efeito negativo de R\$ 30.839;
- (b) A conta de Rede básica apresentou uma constituição positiva de R\$ 16.739, decorrente de custos com a despesa de Rede Básica superiores à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2025 no montante de R\$ 23.512;
- (c) O saldo da CVA de Compra de Energia, foi impactado principalmente pelos seguintes fatores: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, explicando o principal movimento de constituição no montante de R\$ 38.075; (ii) o efeito negativo relacionado aos custos com energia comprada, em função de cobertura superior à despesa realizada no período, no valor de R\$ 14.088; e (iii) o efeito positivo de R\$ 16.464, referente à provisão de neutralidade da receita de bandeira tarifária faturada em fevereiro e março não homologada pela ANEEL; (iv) efeito positivo de 504 mil referente a recontabilização das receitas da Usina Nova Venécia 2 - DSP ANEEL 1.130/25 e da recomposição de lastro, totalizando um movimento de constituição de R\$ 40.955;
- (d) A constituição negativa do saldo de R\$ 16.668 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio superior ao preço médio de compra de energia das distribuidoras;
- (e) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior (cobertura tarifária), ajustados pela taxa SELIC, conforme procedimentos de regulamentação vigente. No período atual, foi registrada uma constituição negativa de R\$17.258; e
- (f) O saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações da Quitação da Conta Covid, pelo saldo de diferimento de Escassez hídrica, pelos saldos financeiros de CDE Escassez, ajuste PIT Maceió, além de encargos financeiros relacionados;

Em abril de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia. Adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3450, de 29 de abril de 2025, foram reajustadas, em média, (6,79%) correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

No período findo de 31 de março de 2026, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 2.369 (R\$ 75.286 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 1.339 (R\$ 57.967 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 1.030 (17.319 em 31 de dezembro de 2025) recebido via CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

## 8 Partes relacionadas

A Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	31/03/2026		31/12/2025	31/03/2025
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado Receita (Despesa)
<b>Empresas</b>					
Contas a receber de clientes					
Associação para Assinatura de Energia	(m)	91	271	94	238
<b>Total</b>		<b>91</b>	<b>271</b>	<b>94</b>	<b>238</b>
<b>Outros contas a receber (bens materiais)</b>					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(f)	101	-	386	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(f)	154	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(f)	13	-	791	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(f)	837	-	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(f)	172	-	-	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(f)	-	21	-	5
<b>Total</b>		<b>1.277</b>	<b>21</b>	<b>1.177</b>	<b>5</b>
<b>Outros contas a receber</b>					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.708	1.711	1.999	1.155
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.579	-	962	1.891
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.077	-	401	712
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D	(a)	958	596	344	854
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	375	353	97	240
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.641	2.411	904	2.350
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(l)	-	-	-	7
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(l)	-	-	-	7
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(l)	-	-	-	10
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(l)	-	-	-	26
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(l)	-	-	-	8
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(l)	-	-	-	8
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(l)	-	-	-	13
<b>Total</b>		<b>10.338</b>	<b>5.071</b>	<b>4.707</b>	<b>7.281</b>
<b>Fornecedores</b>					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(f)	(1.588)	-	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(f)	-	-	(57)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(f)	(525)	-	(346)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(f)	-	-	(626)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D	(f)	(352)	-	(107)	-
Instituto Equatorial	(g)	(925)	-	(168)	-
Equatorial Serviços S.A.	(b)	(2.422)	(2.422)	(3.990)	(4.288)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(c)	(1.079)	(494)	(1.034)	(173)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(177)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(158)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(231)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(413)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(192)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(239)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(221)
E-nova Geração Distribuída S.A.	(i)	-	-	-	(34)
<b>Total</b>		<b>(6.891)</b>	<b>(2.916)</b>	<b>(6.328)</b>	<b>(6.126)</b>

	31/03/2026			31/12/2025	31/03/2025
	Nota	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado Receita (Despesa)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(5.922)	(5.508)	(4.501)	(3.149)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.872)	-	(703)	(1.850)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(697)	-	(264)	(693)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.686)	(1.499)	(629)	(1.886)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D	(a)	(787)	(556)	(226)	(731)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	(136)	(119)	(44)	(214)
Instituto Equatorial	(n)	-	-	-	(7)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(10)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(10)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(102)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(7)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(8)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(13)
Controladora direta					
Equatorial S.A.	(e)	-	-	-	(1.913)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência – EQTPREV	(d)	-	-	-	(596)
<b>Total</b>		<b>(11.100)</b>	<b>(7.682)</b>	<b>(6.367)</b>	<b>(11.189)</b>
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial S.A.	(j)	(51.391)	-	(51.396)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(j)	(12.601)	-	(12.601)	-
Outros	(j)	(2.625)	-	(2.625)	-
<b>Total</b>		<b>(66.617)</b>	<b>-</b>	<b>(66.622)</b>	<b>-</b>
Empresas	Nota	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Investimentos em serviço – (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	k	662	(662)	662	(662)
<b>Total</b>		<b>662</b>	<b>(662)</b>	<b>662</b>	<b>(662)</b>

- (a) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação de cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
- (b) Os valores são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (c) Os valores têm como objetivo utilizar a estrutura de distribuição de energia de uso mútuo dos postes para levar o cabeamento de fibra ótica;
- (d) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da Equatorial Alagoas com a EQTPREV;
- (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (aval), entre a Companhia (contratante) e a Equatorial S.A. (contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (f) Os valores são provenientes da compra e venda de materiais;
- (g) Referem-se à projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (h) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a março de 2025 do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (i) Saldo referentes ao contrato de arrendamento de terrenos;
- (j) Os valores referem-se principalmente, à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.3 – Dividendos a pagar;
- (k) Relação de ativos cedidos em comodato, de forma não onerosa pelo prazo de 10 (dez) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (l) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a março de 2025 do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (m) Os valores são provenientes do contrato de uso da rede de energia; e
- (n) Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o Instituto.

## 8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 19.890, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2026 (R\$ 19.800 em 29 de abril de 2025). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de período das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 19.1 – Quinto plano de opção de compra de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 31 de março de 2026 e 2025:

	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração fixa anual	665	570
Salário ou pró-labore	622	526
Benefícios diretos e indiretos	43	44
Remuneração variável (a)	-	474
<b>Benefícios pós emprego</b>	18	10
Remuneração baseada em ações	2.321	994
Cessação do cargo	698	-
<b>Valor total da remuneração por órgão</b>	<b>3.702</b>	<b>2.048</b>

- (a) As variações na remuneração, em relação ao período anterior, decorreram principalmente dos componentes de remuneração variável e baseada em ações. Os impactos refletem alterações na composição dos órgãos da administração e a variação do preço das ações do grupo, que influenciaram o montante reconhecido no período.

Os Empréstimos e financiamentos da Companhia contam com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

## 9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência Ativo de contrato	Baixas	31/03/2026
Ativo financeiro	325.910	4.388	9.592	(258)	339.632
Obrigações especiais (a)	(29.469)	-	-	-	(29.469)
<b>Total</b>	<b>296.441</b>	<b>4.388</b>	<b>9.592</b>	<b>(258)</b>	<b>310.163</b>

- (a) O valor de R\$ 29.469 corresponde ao reconhecimento de sobras físicas do laudo de avaliação homologado, pois de acordo o OFÍCIO Nº 84/2021–SFF/ANEEL, que trata dos Procedimentos contábeis para reconhecimento das Sobras Físicas e do Ativo Imobilizado em Curso – AIC, no âmbito da Medida Provisória nº 998/2020, o ingresso contábil dos ativos no patrimônio da concessionária deverá estar em consonância com as informações contidas no laudo de avaliação, com os efeitos da metodologia de valoração de ativos (VNR), o Capítulo III Art. 8º, § 2º da Lei nº 12.783, de 2013 que determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente.

## 10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/03/2026			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	
Em serviço	4,50%	3.973.351	(1.311.177)	(230.924)	2.431.250
<b>Total</b>		<b>3.973.351</b>	<b>(1.311.177)</b>	<b>(230.924)</b>	<b>2.431.250</b>

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/12/2025			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	
Em serviço	4,39%	3.914.043	(1.273.584)	(236.164)	2.404.295
<b>Total</b>		<b>3.914.043</b>	<b>(1.273.584)</b>	<b>(236.164)</b>	<b>2.404.295</b>

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitados à data do contrato de concessão, até março de 2049, conforme ICPC 01(R1) - Contratos de concessão.

### 10.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025		Transferências ativos de contrato		31/03/2026
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	
Em serviço	3.914.043	-	70.588	(11.280)	3.973.351
(-) Amortização	(1.273.584)	(44.714)	-	7.121	(1.311.177)
<b>Total em serviço</b>	<b>2.640.459</b>	<b>(44.714)</b>	<b>70.588</b>	<b>(4.159)</b>	<b>2.662.174</b>
Obrigações especiais em serviço	(490.226)	-	(113)	-	(490.339)
(-) Amortização	254.062	5.353	-	-	259.415
<b>Total em obrigações especiais</b>	<b>(236.164)</b>	<b>5.353</b>	<b>(113)</b>	<b>-</b>	<b>(230.924)</b>
<b>Total</b>	<b>2.404.295</b>	<b>(39.361)</b>	<b>70.475</b>	<b>(4.159)</b>	<b>2.431.250</b>

A Companhia avaliou e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o período findo em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025.

## 11 Ativo de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2025		Transferências		31/03/2026
	Adições (a)	Ativo intangível	Ativo financeiro(a)		
Ativos de contrato	460.779	168.673	(70.588)	(9.592)	549.272
Obrigações especiais	(5.121)	(114)	113	-	(5.122)
<b>Total</b>	<b>455.658</b>	<b>168.559</b>	<b>(70.475)</b>	<b>(9.592)</b>	<b>544.150</b>

- (a) O montante de R\$ 168.559 (R\$ 659.489 em 31 de dezembro de 2025) refere-se às adições líquidas de ativos de contrato reconhecidas no período, onde R\$ 142.381 impactou o caixa da Companhia, R\$ 3.050 refere-se a provisão para perda de estoques líquidas, conforme nota explicativa nº 23 – Outras despesas operacionais, líquidas, e R\$ 6.494 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 15.358 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 1.276 trata-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20(R1) - Custos de empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 13.2 – Movimentação de empréstimos e financiamentos.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois esses ativos serão remunerados a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para o período findo em 31 de março de 2026 e 2025. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

## 12 Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Suprimento de energia elétrica (a)	113.421	140.769
Encargos de uso da rede elétrica	42.435	42.212
Materiais e serviços (b)	115.798	102.114
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	6.891	6.328
<b>Total fornecedores</b>	<b>278.545</b>	<b>291.423</b>

- (a) O saldo em 31 de março de 2026 apresentou uma redução de R\$ 27.348 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 11.610 nas despesas em aberto referentes aos contratos de compra de energia; e (ii) redução de 15.738 nas despesas do Mercado de Curto Prazo; e
- (b) A composição deve-se substancialmente às despesas de material e serviço, referentes ao custeio operacional e investimento na área de concessão da Companhia.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 60 dias (58 dias em 31 de dezembro de 2025).

### 12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia não é parte. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de março de 2026, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 22.990 (R\$ 20.121 em 31 de dezembro de 2025). Esses valores foram integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o fornecedor recebe imediatamente o valor da fatura, não havendo, portanto, obrigações a pagar mantidas pelo operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 30.322 no período findo em 31 de março de 2026 (R\$ 98.544 em 31 de dezembro de 2025)

O prazo médio de pagamentos destes títulos em 31 de março de 2026 é de 44 dias (44 dias em 31 de dezembro de 2025).

## 13 Empréstimos e financiamentos

### 13.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	0,80% até 1,62%	322.896	1.488.646	1.811.542
(-) Custo de transação		(1.080)	(11.013)	(12.093)
<b>Subtotal</b>		<b>321.816</b>	<b>1.477.633</b>	<b>1.799.449</b>
Moeda nacional				
CDI	0,18% até 1,62%	59.652	145.344	204.996
IPCA	3,93% até 4,43%	54.736	699.428	754.164
<b>Subtotal</b>		<b>114.388</b>	<b>844.772</b>	<b>959.160</b>
(-) Custo de transação		(4)	(306)	(310)
<b>Total moeda nacional</b>		<b>114.384</b>	<b>844.466</b>	<b>958.850</b>
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>		<b>436.200</b>	<b>2.322.099</b>	<b>2.758.299</b>

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	0,80% até 1,62%	338.878	1.581.926	1.920.804
(-) Custo de transação		(1.080)	(11.549)	(12.629)
<b>Subtotal</b>		<b>337.798</b>	<b>1.570.377</b>	<b>1.908.175</b>
Moeda nacional				
CDI	0,18% até 1,62%	60.358	146.272	206.630
IPCA	3,93% até 4,43%	54.151	705.024	759.175
<b>Subtotal</b>		<b>114.509</b>	<b>851.296</b>	<b>965.805</b>
(-) Custo de transação		(4)	(308)	(312)
<b>Total moeda nacional</b>		<b>114.505</b>	<b>850.988</b>	<b>965.493</b>
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>		<b>452.303</b>	<b>2.421.365</b>	<b>2.873.668</b>

### 13.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	114.505	850.988	337.798	1.570.377	2.873.668
Encargos(a)	11.509	-	24.163	-	35.672
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	691	9.014	(13.943)	(93.281)	(97.519)
Transferências	15.536	(15.536)	(537)	537	-
Amortizações de principal	(15.538)	-	-	-	(15.538)
Pagamentos de juros	(12.321)	-	(26.202)	-	(38.523)
Custo de transação (b)	2	-	537	-	539
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>114.384</b>	<b>844.466</b>	<b>321.816</b>	<b>1.477.633</b>	<b>2.758.299</b>

- (a) O montante de R\$ 35.672 refere-se a encargos reconhecido no período, onde R\$ 34.396 impactou o resultado financeiro da Companhia e R\$ 1.276 referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 11 – Ativos de contrato; e
- (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

### 13.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2026, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	436.200	16%
2027	654.997	24%
2028	336.131	12%
2029	214.781	8%
2030	249.568	9%
De 2031 a 2043	877.941	32%
<b>Subtotal</b>	<b>2.333.418</b>	<b>85%</b>
Custo de transação (não circulante)	(11.319)	0%
Não circulante	2.322.099	84%
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>	<b>2.758.299</b>	<b>100%</b>

### 13.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis, *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

<i>Covenants</i> Empréstimos	Santander	NCE Santander	Bank of America	Scotiabank
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,6	2,6	2,6	2,6

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

## 14 Debêntures

### 14.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	0,18% até 1,62%	5.418	336.131	341.549
<b>Subtotal</b>		<b>5.418</b>	<b>336.131</b>	<b>341.549</b>
(-) Custo de transação		(1.278)	(10.267)	(11.545)
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>		<b>4.140</b>	<b>325.864</b>	<b>330.004</b>

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	0,18% até 1,62%	7.157	337.348	344.505
<b>Subtotal</b>		<b>7.157</b>	<b>337.348</b>	<b>344.505</b>
(-) Custo de transação		(1.278)	(10.488)	(11.766)
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>		<b>5.879</b>	<b>326.860</b>	<b>332.739</b>

### 14.2 Movimentação das debêntures

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.879	326.860	332.739
Encargos	6.277	-	6.277
Transferências	(221)	221	-
Amortizações de principal	-	-	-
Pagamento de juros	(8.016)	-	(8.016)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	-	(1.217)	(1.217)
Custo de transação (a)	221	-	221
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>4.140</b>	<b>325.864</b>	<b>330.004</b>

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

### 14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	4.140	1%
2030	9.316	3%
de 2031 a 2037	326.815	99%
<b>Subtotal</b>	<b>336.131</b>	<b>102%</b>
Custo de transação	(10.267)	-3%
<b>Não circulante</b>	<b>325.864</b>	<b>99%</b>
<b>Total debêntures</b>	<b>330.004</b>	<b>100%</b>

## 14.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

<i>Covenants</i> debêntures	1º debênture	2ª debênture
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6	2,6

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

## 15 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

### 15.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda é calculado com alíquota de 25%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social pela alíquota de 9%, sendo oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Em 31 de março de 2026, a Administração concluiu os estudos de recuperabilidade dos seus créditos fiscais com base em projeções provenientes do seu planejamento estratégico e considera que serão realizados à medida em que as provisões forem realizadas e na realização de eventos futuros, ao longo do período da concessão.

Dessa forma, os tributos diferidos estão dispostos, conforme apresentação abaixo:

	31/03/2026	31/12/2025
Créditos ativos de:		
Prejuízo fiscal	208.756	217.677
Base Negativa	58.586	61.735
<b>Subtotal</b>	<b>267.342</b>	<b>279.412</b>
Diferenças temporárias		
Provisão riscos judiciais	44.669	57.506
PECLD	18.502	22.551
Instrumentos financeiros - CPC 48	10.716	5.451
Custo de Construção – CPC 47	301	272
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	72	61
Provisão para participação nos lucros	4.928	3.050
Provisão para pagamento baseado em ações	319	-
Ajuste a valor presente	13.727	14.195
Provisão atuarial	74.189	73.756
AIC Ressarcível	29.045	29.045
Provisão para perda de estoque	-	320
Variação SWAP	77.515	37.640
Outras diferenças temporárias	11.884	16.398
<b>Subtotal</b>	<b>285.867</b>	<b>260.245</b>
Passivos de:		
Diferenças temporárias		
Reversão de provisão para pagamento baseado em ações	-	(289)
Provisão para perda de estoque	(718)	-
Atualização do ativo financeiro VNR	(18.534)	(17.042)
Variação Cambial	(90.258)	(51.218)
<b>Subtotal</b>	<b>(109.510)</b>	<b>(68.549)</b>
<b>Total tributo diferido passivo registrado</b>	<b>443.699</b>	<b>471.108</b>

## 15.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2025	Reconheci- mento no resultado	31/03/2026			
			Resultados abrangentes	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	217.677	(8.921)	-	208.756	208.756	-
Base Negativa de CSLL	61.735	(3.149)	-	58.586	58.586	-
Provisão para riscos judiciais	57.506	(12.837)	-	44.669	44.669	-
Perdas / Reversão estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	22.551	(4.049)	-	18.502	18.502	-
Instrumentos financeiros - CPC 48	5.451	5.265	-	10.716	10.716	-
Provisão para participação nos lucros	3.050	1.878	-	4.928	4.928	-
Provisão para pagamento baseado em ações	(289)	608	-	319	319	-
Receita/Custo de Construção-CPC 47	272	29	-	301	301	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	61	11	-	72	72	-
SWAP (Marcação a mercado)	37.640	36.585	3.290	77.515	77.515	-
Marcação a Mercado - Valor Justo	(9.556)	(2.584)	-	(12.140)	-	(12.140)
Varição Cambial	(41.662)	(36.456)	-	(78.118)	-	(78.118)
Provisão para perda de estoque	320	(1.038)	-	(718)	-	(718)
Provisão laudo atuarial	73.756	433	-	74.189	74.189	-
Outras despesas não dedutíveis *	16.398	(4.514)	-	11.884	11.884	-
Atualização do ativo financeiro VNR	(17.042)	(1.492)	-	(18.534)	-	(18.534)
Ajuste a valor presente AVP	14.195	(468)	-	13.727	13.727	-
AIC Ressarcíveis	29.045	-	-	29.045	29.045	-
<b>Total</b>	<b>471.108</b>	<b>(30.699)</b>	<b>3.290</b>	<b>443.699</b>	<b>553.209</b>	<b>(109.510)</b>

## 15.3 Expectativa de recuperação – Ativo fiscal diferido

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2034, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	42.315	38.806	39.973	51.292	380.823	553.209

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 553.209 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e ajustes temporários, que correspondem a R\$ 208.756, R\$ 58.586 e R\$ 285.867, respectivamente.

## 15.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, no período findo em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	31/03/2026		31/03/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	166.414	166.414	83.937	83.937
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(41.604)	(14.977)	(20.984)	(7.554)
Ajustes que afetaram o cálculo do tributos sobre o lucro				
Outras (adições) exclusões permanentes	(1.294)	(35)	(424)	7
Incentivo PAT	497	-	382	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	10	-	14	-
IRPJ Subvenção Governamental	11.665	-	-	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	(696)	(251)	-	488
<b>IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado</b>	<b>(31.422)</b>	<b>(15.263)</b>	<b>(21.012)</b>	<b>(7.059)</b>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	20%	9%	25%	8%
Imposto Corrente	(8.636)	(7.349)	(15.529)	(5.615)
Imposto Diferido	(22.786)	(7.914)	(5.483)	(1.444)

## 16 Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações da gerência jurídica, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
Cíveis	87.265	3.838	87.528	4.321
Fiscais	9.899	9.719	30.515	9.719
Trabalhistas	20.978	10.198	23.027	9.764
Regulatórias	9.344	2.249	9.035	2.204
<b>Total</b>	<b>127.486</b>	<b>26.004</b>	<b>150.105</b>	<b>26.008</b>
Circulante (a)	6.681	296	6.752	296
Não circulante	120.805	25.708	143.353	25.712

- (a) Os valores classificados no ativo circulante referem-se a alvarás judiciais já obtidos em favor da Companhia, cujos depósitos ou penhoras judiciais feitas anteriormente, sendo a expectativa de recebimento dentro dos próximos 12 meses.

### 16.1 Movimentação dos processos no período

	31/12/2025	31/03/2026				
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	87.528	3.583	(4.858)	(685)	1.697	87.265
Tributárias	30.515	-	-	(9.672)	(10.944)	9.899
Trabalhistas	23.027	460	(2.841)	(334)	666	20.978
Regulatórios	9.035	-	-	-	309	9.344
<b>Total contingências</b>	<b>150.105</b>	<b>4.043</b>	<b>(7.699)</b>	<b>(10.691)</b>	<b>(8.272)</b>	<b>127.486</b>

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;  
(2) Reversões realizadas durante o período; e  
(3) Atualizações e/ou reversões de monetárias de atualizações mensais, (no grupo de despesas financeiras) reversões.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No período findo em 31 de março de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	31/03/2026	31/12/2025
Cíveis	124.952	121.287
Fiscais	208.643	471.677
Trabalhistas	49.065	48.427
<b>Total</b>	<b>382.660</b>	<b>641.391</b>

**17 PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores**

Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais

Em atendimento a essa decisão, a Companhia reconheceu créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021– FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo, sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante.

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento de mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.324 e ratificou a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. Contudo, foram impostos embargos de declaração, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão.

Nesse sentido, a Administração das Companhias monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia reconheceu complemento de ativo no montante de R\$ 769 e de passivo no montante de R\$ 734, em decorrência de revisão de crédito, não havendo impacto no resultado do período.

Os saldos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados abaixo:

	31/03/2026	31/12/2025
<b>Ativo</b>		
Circulante	31.047	30.278
<b>PIS e COFINS a recuperar</b>	<b>31.047</b>	<b>30.278</b>
<b>Passivo</b>		
Não circulante	159.799	159.065
<b>PIS e COFINS consumidores a restituir</b>	<b>159.799</b>	<b>159.065</b>

## 18 Patrimônio líquido

### 18.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000 e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 605.780 (R\$ 605.780 em 31 de dezembro de 2025), correspondente a um total de 2.137.013.648 (dois bilhões, cento e trinta e sete milhões, treze mil, seiscentos e quarenta e oito) ações, divididas em 2.099.703.965 (dois bilhões, noventa e nove milhões, setecentos e três mil, novecentos e sessenta e cinco) ações ordinárias e 37.309.683 (trinta e sete milhões, trezentos e nove mil, seiscentos e oitenta e três) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal. A composição dos principais acionistas está demonstrada a seguir:

Acionistas	31/03/2026		Total	%
	Ações ordinárias	Ações preferenciais		
Equatorial S.A.	1.626.122.139	27.212.705	1.653.334.844	77,37%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	398.943.753	7.088.840	406.032.593	19,00%
Minoritários	74.638.073	3.008.138	77.646.211	3,63%
<b>Total</b>	<b>2.099.703.965</b>	<b>37.309.683</b>	<b>2.137.013.648</b>	<b>100%</b>

- (a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o período findo em 31 de março de 2026.

Em 21 de dezembro de 2023, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração da Equatorial S.A., a Controladora aprovou a transferência de 398.943.753 (trezentos e noventa e oito milhões, novecentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta e três) ações ordinárias e 7.088.840 (sete milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta) ações preferenciais, representativas de 19% do capital social total da Companhia, de titularidade da Equatorial S.A., para a Equatorial Energia Distribuição S.A.

## 19 Planos de incentivos de longo prazo

A Companhia instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e Estruturação de cada Plano.

### 19.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

- a) Movimentação durante o período

	Número de opções	Número de opções	Média ponderada do preço de período
	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
Em opções			
Existentes em 1º de janeiro	70.000	275.000	-
Outorgadas durante o período	-	-	-
Encerradas durante o período/exercício	(3.500)	205.000	-
Existentes ao fim do período 7ª Outorga	-	70.000	30,11
<b>Total existentes ao fim do período/exercício</b>	<b>66.500</b>	<b>70.000</b>	<b>-</b>

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de março de 2026 era de 4,00 anos (4,00 anos, em 31 de dezembro de 2025). Não houve novas outorgas durante o período encerrados em 31 de março de 2026 e 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período findos em 31 de março de 2026 e 2025:

Premissas	31/03/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	14,45	14,45
Rendimento de dividendos (%)	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	31,77	31,77
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	10,30	10,30
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,00	4,00
Média ponderada do preço das ações (R\$)	33,05	33,05
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

Foi reconhecida uma despesa no resultado da Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2026, de R\$ 13 (despesa de R\$ 310 em 31 de dezembro de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

## 19.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do período de 31 de março de 2026, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de performance definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para a Equatorial, caso as métricas de performance forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

Em ações	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
Existentes em 1º de janeiro	400.462	38,41	251.585	31,60
Outorgadas durante o período/exercício	140.091	-	261.384	-
Cancelamento /transferência durante o período/exercício (a)	(11.692)	-	(7.500)	-
Pagamentos	-	-	(105.000)	-
<b>Existentes ao fim do período/exercício</b>	<b>528.861</b>	<b>40,86</b>	<b>400.469</b>	<b>38,41</b>

- (a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências trata-se de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 31 de março de 2026, foi reconhecida uma despesa provisão de R\$ 3.516 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (provisão de R\$ 8.128 em 31 de dezembro de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

## 19.3 Plano de outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

Em ações	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
Existentes em 1º de janeiro	96.836	32,09	11.412	31,12
Outorgadas durante o período/exercício	-	-	85.424	32,22
Cancelamentos durante o período/exercício	(14.094)	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 1ª Outorga	11.412	31,12	11.412	31,12
Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga	59.918	32,22	85.424	32,22
Existentes ao fim do período/exercício	71.330	32,09	96.836	32,09

A despesa reconhecida na Companhia em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2026 foi de R\$ 108 (R\$ 705 em 31 de dezembro de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

## 20 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	31/03/2026	31/03/2025
Receita de distribuição (a)	839.674	859.283
Remuneração financeira WACC (b)	3.788	3.052
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	64.324	(79.364)
Subvenção CDE - Outros (d)	62.521	52.714
Fornecimento de energia elétrica	970.307	835.685
Suprimento de energia elétrica (e)	17.199	8.138
Receita pela disponibilidade - uso da rede	78.392	71.117
Receita de construção (f)	168.673	159.905
Atualização do ativo financeiro da concessão	4.388	4.879
Outras Receitas	38.276	23.216
Subtotal	306.928	267.255
Receita operacional bruta	1.277.235	1.102.940
Deduções		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(171.623)	(170.520)
PIS e COFINS	(78.796)	(60.636)
Encargos do consumidor	(8.241)	(7.194)
ISS	(275)	(261)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (e)	(79.105)	(50.539)
Penalidades DIF/FIC e outras	(3.455)	(937)
Deduções da receita operacional	(341.495)	(290.087)
Receita operacional líquida	935.740	812.853

- (a) Essa variação sofre impacto diretamente do aumento das deduções. Desta forma, mesmo que o Fornecimento de Energia tenha sido maior, a Receita de Distribuição diminuiu, em relação a 2025;
- (b) A variação se deve, principalmente, pelo aumento no número de consumidores e, consequentemente, aumento da distribuição de energia faturada em 2026. Por outro lado, a redução no faturamento reflete o comportamento do mercado, impactado pelo crescimento da geração distribuída;
- (c) A variação positiva de R\$ 143.688 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação positiva entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 39.879; (ii) em relação a constituição houve alteração de posição entre anos, de passiva passou a ser ativa, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 108.006 quando comparado com o período anterior; (iii) efeito negativo de R\$ 3.751 em CVA da Bandeira Faturada devido as bandeira tarifárias ;e (iv) a variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 446;
- (d) A variação na linha de subvenção deve-se ao impacto de quatro processos tarifários ocorridos entre 2025 e 2026. O montante registrado refere-se ao desconto tarifário subsidiado via CDE, cujo crescimento é explicado pela elevada aplicação de projetos de Geração Distribuída (GD II e III). Tal evolução demonstra a robustez da receita de subvenção frente ao aumento do faturamento de energia injetada na rede;

- (e) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação ao período anterior devido o preço médio de venda ter sido superior do que o mesmo período de 2025. Findo o período de 31 de março de 2026, o preço médio de venda foi de R\$ 635,28/MWh enquanto no período anterior foi de R\$ 64,88/MWh; e
- (f) A variação observada na linha de Conta de Desenvolvimento Energético-CDE USO decorre, principalmente, da atualização dos valores estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 3.564, de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, a qual definiu as quotas da CDE USO e CDE GD aplicáveis ao período de 2026 em valores superiores aos vigentes em 2025. Essa variação é composta por: (i) aumento de R\$ 22.985 para CDE USO; e (ii) aumento de R\$ 5.580 na CDE GD. O aumento verificado para 2026 reflete, entre outros fatores, a necessidade de recomposição dos recursos da CDE para cobertura de subsídios tarifários, encargos associados à geração distribuída, programas sociais (como a Tarifa Social de Energia Elétrica) e outros custos regulatórios definidos pela agência reguladora.

## 21 Custo do serviço e despesas operacionais

	31/03/2026				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(13.530)	(2.878)	(19.902)	-	(36.310)
Material	(2.905)	(1.282)	(215)	-	(4.402)
Serviços de terceiros	(9.264)	(21.846)	(7.819)	-	(38.929)
Energia elétrica comprada para revenda-nota explicativa nº22	(414.653)	-	-	-	(414.653)
Custo de construção	(168.673)	-	-	-	(168.673)
PECLD – nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(5.927)	(5.927)
Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais	-	-	6.648	-	6.648
Amortização	(32.753)	-	(6.915)	-	(39.668)
Outros	(937)	(501)	(881)	227	(2.092)
<b>Total</b>	<b>(642.715)</b>	<b>(26.507)</b>	<b>(29.084)</b>	<b>(5.700)</b>	<b>(704.006)</b>

	31/03/2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(9.410)	(2.608)	(14.374)	-	(26.392)
Material	(3.267)	(1.215)	(390)	-	(4.872)
Serviços de terceiros	(11.796)	(22.886)	(5.810)	-	(40.492)
Energia elétrica comprada para revenda-nota explicativa nº22	(369.630)	-	-	-	(369.630)
Custo de construção	(159.905)	-	-	-	(159.905)
PECLD – nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(14.675)	(14.675)
Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais	-	-	(3.339)	-	(3.339)
Amortização	(33.192)	-	(3.077)	-	(36.269)
Outros	(750)	(348)	(254)	2	(1.350)
<b>Total</b>	<b>(587.950)</b>	<b>(27.057)</b>	<b>(27.244)</b>	<b>(14.673)</b>	<b>(656.924)</b>

## 22 Energia elétrica comprada para revenda

	31/03/2026		31/03/2025	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão	3.415	(214.768)	3.640	(217.173)
Contratos Eletronuclear (a)	134	(8.168)	135	(10.868)
Contratos cotas de garantias(b)	555	(41.920)	660	(27.584)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	(23.330)	-	(20.362)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(69.936)	-	(18.508)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	68	(10.746)	72	(11.997)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	41.449	-	33.664
Geração distribuída (d)	-	3.714	-	(12.881)
<b>Subtotal</b>	<b>4.172</b>	<b>(323.705)</b>	<b>4.507</b>	<b>(285.709)</b>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (b)	-	(90.948)	-	(83.921)
<b>Total</b>	<b>4.172</b>	<b>(414.653)</b>	<b>4.507</b>	<b>(369.630)</b>

- (a) A redução da despesa em R\$ 2.700 nos Contratos Eletronuclear decorre, principalmente, da inclusão dos consumidores livres no mecanismo de rateio, o que resultou na diluição dos encargos e na consequente redução do montante alocado à distribuidora;
- (b) Compreende as despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física e as despesas associadas a esses contratos no mercado de curto prazo que apresentaram um aumento na despesa em 34,20% em relação ao ano anterior;
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 51.428 no período de 2026, em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por Disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao período de 2025; e
- (d) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). A variação compreende as compensações dos créditos gerados antes do processo tarifário de 2025, mas com vencimento posterior, período em que a energia injetada de MMDG não era considerada na composição da energia requerida dos processos tarifários até a aprovação da REN 1.114/2025.

## 23 Outras despesas operacionais, líquidas

	31/03/2026	31/03/2025
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	3.050	(1.172)
Reversão de recebíveis incobráveis (b)	516	-
Outras receitas operacionais	7	384
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>3.573</b>	<b>(788)</b>
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	(12.233)	(5.038)
Indenização por danos a terceiros	(521)	(298)
Baixa de recebíveis incobráveis (b)	-	(2.559)
Outras despesas operacionais	(850)	(1.170)
<b>Total de outras despesas operacionais, líquidas</b>	<b>(13.604)</b>	<b>(9.065)</b>
<b>Total</b>	<b>(10.031)</b>	<b>(9.853)</b>

- (a) A distribuidora avalia periodicamente seus estoques e obras no intuito de identificar se existem materiais de baixa rotatividade, constituindo uma provisão para perda como uma forma de demonstrar o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante constituído em 2025 trata-se em sua maioria de itens obsoletos, morosos e/ou danificados. Para os materiais que não havia expectativa de benefício econômico, a distribuidora realizou a capitalização da obra contemplando a reversão dos itens; e
- (b) No período de 31 de março foram realizadas baixas de títulos vencidos, acima de 5 anos.

## 24 Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	33.511	23.606
Atualização de valores a receber da parcela A e itens financeiros	12.696	3.246
Receita Financeira de AVP	1.650	1.166
Variação monetária e cambial da dívida (c)	114.564	115.851
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	128.250	78.605
Acréscimo moratório de energia vendida	8.782	9.975
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.575)	(1.771)
PECLD sobre juros de mora de contas a receber	605	-
Outras receitas financeiras	398	1.255
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>297.881</b>	<b>231.933</b>
Despesas financeiras		
Atualização de valores a devolver de parcela A e itens financeiros	(10.941)	(6.205)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(284.896)	(209.559)
Despesa financeira de AVP	(271)	(260)
Encargos da dívida	(41.433)	(38.921)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	(15.828)	(21.984)
Atualização de contingências	8.272	(3.844)
Juros, multas s/ operação de energia	(4)	(8)
Descontos concedidos	(1.661)	(2.807)
Encargos de geração distribuída	-	111
PECLD sobre juros de mora de contas a receber	(262)	-
Outras despesas financeiras	(6.146)	(10.595)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(353.170)</b>	<b>(294.072)</b>
<b>Total</b>	<b>(55.289)</b>	<b>(62.139)</b>

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do aumento da disponibilidade média de caixa e aplicações financeiras da Companhia no período, que apresentou crescimento de 19,4% em relação ao período findo em 31 de março de 2025. Adicionalmente, contribuiu para esse desempenho a elevação da taxa CDI, que passou de 2,99% até 31 de março de 2025 para 3,41% até ;
- (b) Refere-se à contratação de operações de swap, designadas como hedge de fluxo de caixa, nas quais o principal impacto da resultante despesa está relacionado à queda de 5,1% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 5,22 em 31 de março de 2026, bem como a queda do euro em 7,1% no mesmo período partindo de R\$ 6,47 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 6,01 em 31 de março de 2026. Semelhando ao movimento ocorrido no primeiro trimestre de 2025, em que a variação também resultou em despesa; e
- (c) No acumulado até 31 de março de 2026, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 5,1% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 5,22 em 31 de março de 2026 e sendo também impactada pela queda do euro em 7,1% no mesmo período partindo de R\$ 6,47 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 6,01 em 31 de março de 2026. Semelhando ao movimento ocorrido no primeiro trimestre de 2025, em que essa variação resultou em receita líquida, devido à queda de 7,27% no valor do dólar e para R\$ 5,74 em 31 de março de 2025;

## 25 Instrumentos financeiros

### 25.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e AICs ressarcíveis, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 13.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e nº 14.4 - *Covenants* das debêntures.

### 25.2 Política de utilização de derivativos

A norma de gestão de risco da Companhia é realizar *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de swaps de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de swap para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo

### 25.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o período findo em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito no item a seguir.

## (a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	427.287	427.287	778.030	778.030
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	862.160	862.160	864.449	864.449
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	-	-	3.094	3.094
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	51.445	51.445	16.252	16.252
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	310.163	310.163	296.441	296.441
<b>Total do ativo</b>			<b>1.651.055</b>	<b>1.651.055</b>	<b>1.958.266</b>	<b>1.958.266</b>

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	278.545	278.545	291.423	291.423
Fornecedor – risco sacado	-	Custo amortizado	22.990	22.990	20.121	20.121
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	2.603.607	2.609.881	155.526	155.526
Empréstimos e financiamentos	-	Valor justo por meio do resultado	154.692	154.692	2.718.142	2.741.941
Debêntures	2	Custo amortizado	330.004	330.004	332.739	332.739
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Valor justo por meio do resultado	9.133	9.133	3.674	3.674
Instrumentos financeiros derivativos	2	Financeiros ao valor justo	227.986	227.986	113.801	113.801
AICs Ressarcíveis	3	Outros resultados abrangentes	5.230	5.230	40.019	40.019
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	3.470	3.470	8.678	8.678
<b>Total do passivo</b>			<b>3.635.657</b>	<b>3.641.931</b>	<b>3.684.123</b>	<b>3.707.922</b>

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação  
Período findo em 31 de março de 2026  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 25.4 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado em Moeda Estrangeira	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de Hedge	Juros	Indexadores	Valor justo		
									31/03/2026	31/12/2025	
Santander	26/10/2022	05/10/2026	52.318	276.500	Bullet	Fluxo de Caixa	Trimestral	US\$ + 6,45% a.a./CDI + 1,62% a.a.	(10.743)	5.891	
Itaú	28/10/2022	15/10/2034	-	100.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,3618% a.a./ CDI + 0,74% a.a.	(14.191)	(12.145)	
Bank of America	23/10/2024	23/10/2027	17.452	100.000	Anual	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(14.534)	(6.092)	
Scotiabank	29/11/2024	29/11/2027	90.000	522.900	Bullet	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + 6,7670% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(76.131)	(32.631)	
Itaú	28/03/2025	15/08/2043	-	70.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,21% a.a.	(816)	(320)	
IFC	29/05/2025	15/09/2032	100.000	569.360	Semestral	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + Sofr + 2,10% a.a./CDI + 1,19% a.a.	(60.391)	(41.122)	
Scotiabank	08/08/2025	08/08/2028	23.214	130.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + 4,8680% a.a./ CDI + 1,00% a.a.	(14.126)	(9.975)	
BTG	09/09/2025	15/08/2037	-	250.000	Anual	Valor Justo	Anual	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,19% a.a.	(5.046)	(7.443)	
XP	30/10/2025	15/08/2043	-	84.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,18% a.a.	19	637	
BBVA	30/12/2025	30/12/2030	25.590	167.028	Bullet	Fluxo de Caixa	Bullet	EUR + EURIBOR + 1,50% a.a./CDI + 0,80% a.a.	(17.542)	(3.608)	
Bank of America	30/12/2025	30/12/2030	30.000	167.217	Bullet	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + Sofr + 1,80% a.a./ CDI + 0,82% a.a.	(14.485)	(3.899)	
									(227.986)	(110.707)	
									Ativo circulante	-	3.094
									Passivo não circulante	(227.986)	(113.801)
									Efeito líquido total	(227.986)	(110.707)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Risco	31/03/2026			Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA
	Valor Nominal	Ativo	Passivo		
Dividas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	2.437.005	-	(227.986)	Instrumentos financeiros derivativos	(9.676)
Risco	31/12/2025			Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA
	Valor Nominal	Ativo	Passivo		
Dividas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	2.437.005	-	(110.707)	Instrumentos financeiros derivativos	10.279

## 25.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Controladora Equatorial S.A., avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em de 31 de março de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

## 26 Transações que não afetam caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

### 26.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de Investimento	
Transferências entre ativo contratual e intangível	70.475
Transferências entre ativo contratual para ativo financeiro	9.592
<b>Total atividades de investimentos</b>	<b>80.067</b>
Capitalização de juros de empréstimos	1.276
<i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	9.676
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	1
<b>Total atividades de financiamento</b>	<b>10.953</b>
<b>Total</b>	<b>91.020</b>

## 26.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros (*)	Mudança no valor justo	Outros (**)	31/03/2026
Empréstimos e financiamentos	2.873.668	(15.538)	(38.523)	-	(61.308)	2.758.299
Passivo de arrendamento	3.674	(205)	(107)	-	108	3.470
Debêntures	332.739	-	(8.016)	-	5.281	330.004
Instrumentos financeiros derivativos	(110.707)	-	(49.043)	9.676	(77.912)	(227.986)
Dividendos a pagar	66.622	(5)	-	-	-	66.617
<b>Total</b>	<b>3.165.996</b>	<b>(15.748)</b>	<b>(95.689)</b>	<b>9.676</b>	<b>(133.831)</b>	<b>2.930.404</b>

(\*\*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do período.

## 27 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028*
Energia contratada (em R\$)	2026 a 2037	935.944	1.221.974	1.196.650	13.535.288
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2037	3.097.624	4.012.242	3.780.243	35.596.811

(\*) Estimado em 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

## 28 Eventos subsequentes

### Distribuição de dividendos adicionais

Em 28 de abril de 2026, conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 142, relacionados ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, caracterizando-se como evento subsequente não ajustável.

### Aumento de capital social

Em 28 de abril de 2026, conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada proposta para o aumento de capital no valor de R\$ 36.000, equivalente ao valor do excesso das reservas de lucros em relação ao montante do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, nos termos do art.269 § 1º da Lei das S.A, bem como a alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia.

### Reajuste Tarifário

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou, no dia 28 de abril de 2026, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia com um efeito médio de 5,43%, com vigência à partir de 03 de maio de 2026 a 02 de maio de 2027. Para os consumidores conectados em média e alta tensão (comércio e indústria), o reajuste será de 7,80%, enquanto para aqueles conectados em baixa tensão (residenciais), o reajuste será 4,71%.

\* \* \*

## Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior  
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
(Vice-Presidente)

Marcos Antônio Souza de Almeida

Cícero Vladimir de Abreu Cavalcanti

### **Diretoria Executiva**

Sérgio Ricardo de Andrade Oliveira  
Diretor Presidente

Cristiano de Lima Logrado  
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
Diretor

Henderson Rovay  
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto  
Superintendente de Ativos e Contabilidade  
Contador  
CRC MA-011842/O-3 S-AL